

O AUTORITARISMO E A REPRESSÃO POLÍTICA EM *UMA VARANDA SOBRE O SILÊNCIO*

THE AUTHORITARIANISM AND REPRESSION POLICY ON *UMA VARANDA SOBRE O SILÊNCIO*

Cristiane Aparecida da Rosa Rossi
(Universidade Federal de Santa Maria)

Resumo: O romance brasileiro *Uma varanda sobre o silêncio* (1984), escrito pelo autor maranhense Josué Montello (1917-2006), apresenta em sua narrativa, uma trama que relaciona o desaparecimento da personagem Mário Júlio ao seu envolvimento com a ditadura militar e a supostas insurreições políticas. Neste sentido, ao tomarmos por base o estudo do referido romance, cujo enredo apresenta descrições de elementos ficcionais tipicamente encontráveis em contextos de ditaduras militares, tais como desaparecimento de pessoas, crimes, ameaças e controle do governo, entre outros, pretendemos refletir sobre a participação do regime político ditatorial no Brasil, de modo a avaliar a intensidade da violência e do sofrimento causados à sociedade, durante a vigência da ditadura militar no Brasil. Neste sentido, consideraremos que, na maioria das vezes, o regime autoritário necessita fazer uso de força armada e de coação, fim de assegurar o cumprimento de suas intenções. Para tanto, faremos uso da pesquisa bibliográfica, ao qual aliaremos ao estudo do romance *Uma varanda sobre o silêncio*.

Palavras-chaves: Literatura. Autoritarismo. Ditadura militar. Violência.

Abstract: The Brazilian novel *Uma varanda sobre o silêncio* (1984), written by author Josué Montello (1917-2006), presented in its narrative, a plot that relates the disappearance of Julio Mario character to his involvement with the military dictatorship and the alleged insurrections policies. In this, as we assume the study of this novel, whose plot presents descriptions typically findable fictional elements in military dictatorships contexts, such as missing persons, crimes, threats and control of the government, among others, we intend to reflect on the participation the dictatorial political regime in Brazil, in order to assess the intensity of the violence and suffering caused to the company, during the military dictatorship in Brazil. We consider that, in most cases, the authoritarian regime need to make use of armed force and coercion to ensure the fulfillment of their intentions. For this, we will make use of literature, which will relate to the study of the novel *Uma varanda sobre o silêncio*.

Keywords: Literature. Authoritarianism. Military dictatorship. Violence.

INTRODUÇÃO

A partir do golpe militar ocorrido em abril de 1964, teve início, no Brasil, um longo período repressivo denominado de ditadura militar. Durante esse período, que se estendeu de 1964 até o início dos anos de 1980, o território brasileiro e outros países do continente tornaram-se o cenário, onde episódios de tortura, mortes e diversos tipos de crueldade formavam parte do cotidiano das pessoas.

Em meio aos fatos do dia-a-dia, cidadãos comuns eram levados de suas casas. Desapareciam sem deixar explicações. Segundo as palavras do Arcebispo Metropolitano de São Paulo, Paulo Evaristo Arns:

Não há ninguém na terra que consiga descrever a dor de quem viu um ente querido desaparecer atrás das grades da cadeia, sem mesmo poder adivinhar o que lhe aconteceu. O “desaparecido” transforma-se numa sombra que ao escurecer-se vai encobrendo a última luminosidade da existência terrena (ARQUIDIOCESE DE SP, 1985, p. 12)

Desse modo, em meio ao sofrimento e a angústia dos brasileiros, que viam parentes e amigos sumirem, serem presos, torturados e até eliminados, sentimos que a dor e o desespero atormentaram milhões de pessoas, cujos destinos estiveram à mercê de forças repressoras, capazes de comandar a vida das pessoas, que, sem força, deixavam-se conduzir pelos rumos da insensatez. Segundo Umbach (2012, p. 09),

O autoritarismo consiste na caracterização de um regime político em que existe um controle da sociedade por parte do estado, que manipula as formas de participação política e restringe a possibilidade de mobilização social; existe interesse político na cooptação dos intelectuais; a administração pública é apresentada como um bem em si mesmo, ao servir ao interesse do estado; o setor militar desempenha um papel decisivo na manutenção da ordem.

Neste sentido, com base nessas informações, pretendemos analisar a situação instaurada no Brasil, a partir de 1964, durante o período de vigência do regime político ditatorial em nosso país, relacionando-a ao romance *Uma varanda sobre o silêncio*, do escritor brasileiro Josué Montello (1917-2006). O presente estudo propõe-se a refletir sobre as influências do autoritarismo e da repressão política sobre a vida do cidadão. Para tanto, com o propósito de ilustrarmos nossas considerações sobre os referidos temas, faremos uso da transcrição de episódios capazes de demonstrar a situação dramática de sofrimento e opressão em que se encontrou a população brasileira, durante a ditadura militar. Como resultado, verificaremos que o uso de forças coativas obriga o cidadão de agir em desconformidade com os preceitos da lei, sendo obrigado a atuar clandestinamente, de modo a evitar as sanções por parte das forças governamentais.

O AUTORITARISMO POLÍTICO E A DITADURA MILITAR NO BRASIL

Segundo o dicionário de política (BOBBIO; MATTENCCI; PASQUIN, 2008):

Na tipologia dos sistemas políticos, são chamados de autoritários os regimes que privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas (p. 94).

Neste sentido, os sistemas autoritários são aqueles em que a autoridade se concentra nas mãos dos governantes, enquanto que às instituições representativas, cabe apenas uma parcela secundária do poder. Nesses casos, segundo o referido dicionário, a centralização da autoridade, característica inerente ao autoritarismo, “é condicionada por uma estrutura política profundamente hierárquica, por sua vez escorada numa visão de desigualdade entre os homens e exclui ou reduz ao mínimo a participação do povo no poder [...]” (p. 94). Dessa forma, durante a vigência dos regimes autoritários, é comum a utilização de meios coercitivos como forma de garantir o poder.

É importante salientar que o conceito de autoritarismo surge em contraposição ao conceito de democracia, o que significa dizer que, de maneira geral, o autoritarismo nega o princípio da igualdade entre os indivíduos.

O período de vigência da ditadura militar no Brasil foi um período repressivo, em que os indivíduos tinham sua liberdade cerceada pelo governo. O uso dos meios coercitivos obrigava os indivíduos a agirem em conformidade com os objetivos governamentais, quais sejam: conter a ordem e manter a população sob constante controle.

No caso da obra em análise, a narrativa transcorre durante a vigência da ditadura militar no Brasil. Em nosso país, a ditadura militar teve início em abril de 1964 até o início dos anos de 1980. Neste sentido, tanto o Brasil como outros países do continente, tornaram-se o cenário, onde episódios de tortura, mortes e outros tipos de atrocidades formavam parte do cotidiano dos cidadãos.

O episódio abaixo transcrito, extraído do romance *Uma varanda sobre o silêncio*, denuncia o clima de revolta juvenil e de insurreição política no qual se encontrava o país naquele momento:

Somente os moços, no ambiente alarmado, reagiam à coerção da Polícia, pregando cartazes, distribuindo volantes, pichando muros e fachadas, organizando passeatas, sobretudo no âmbito das universidades, a despeito dos cavalarianos que por lá irrompiam, brandindo porretes, soltando bombas de gás lacrimogêneo (*Uma varanda sobre o silêncio*, 1984, p. 70).

Conforme podemos constatar, no romance em estudo, podemos encontrar diversas evidências de um sistema autoritário e repressivo, em que, muitas vezes, os cidadãos eram obrigados a agir de maneira clandestina, a fim de não sofrerem as sanções do governo. Este, por sua vez, tentava conter o pânico da população, fazendo uso de forças coercitivas (porretes, bombas de gás lacrimogêneo) y repressivas, a fim de evitar o descontrole da situação e a perda do autoritarismo.

O BRASIL E A LITERATURA NOS ANOS DE CHUMBO

A literatura brasileira é repleta de inúmeros casos de narrativas relacionadas à violência. O que ocorre é que a violência normalmente está associada aos conflitos sociais. De acordo com Guinzburg,

A história brasileira é intensamente caracterizada pela presença de violência em processos sociais. (...) Uma percepção crítica de nosso passado histórico permite perceber que a violência não tem na vida brasileira apenas um lugar casual ou incidental. Ela tem uma função propriamente constitutiva: ela define condições de relacionamento público e privado, organiza instituições e estabelece papéis sociais. (In: UMBACH; CALEGARI; OURIQUE (Org.) 2011, p. 147-148).

Durante o período que se sucedeu ao golpe militar de 1964, as manifestações literárias e artísticas, de um modo geral, permaneceram sob o crivo de um dos mais temíveis aparatos do Estado: a censura. Ao longo desse período, a censura dos meios de comunicação impedia a população intelectual de expressar livremente seu pensamento, fazendo com que muitos trabalhos, textos, músicas, peças de teatro, entre outras manifestações artísticas e culturais, deixassem de serem publicadas ou tivessem de sofrer adaptações pelos autores:

A censura tem sido uma espécie de rua de mão única, explicação privilegiada para os que analisam a literatura brasileira dessas duas décadas que se seguiram ao golpe militar. Realismo mágico, alegorias, parábolas, ego-trips poéticas? Tudo se explica em função do aparato repressivo do Estado autoritário. Seja a preferência pelas parábolas ou por uma literatura centrada em viagens biográficas, a chave estaria ou no desvio estilístico ou no desbunde individual como respostas indiretas à impossibilidade de uma expressão artística sem as barreiras censórias. [...]. Se nos jornais e meios de comunicação de massa a informação era controlada, cabia à literatura exercer uma função para jornalística. Respostas diretas (naturalismo) ou indiretas (parábolas), trata-se a produção literária como se o seu grande interlocutor fosse efetivamente a censura. Esquece-se assim do diálogo que ao mesmo tempo mantém com a tradição e com o seu público (SÜSSEKIND, 2004, p. 17-18).

Nos anos de 1964 a 1968, houve alguma permissividade para a produção cultural, em relação à intelectualidade esquerdista. Nesse caso, a estratégia usada pelo governo foi o “superdesenvolvimento dos meios de comunicação de massa, sobretudo a televisão” (SÜSSEKIND, 2004, p. 22). Somente a partir do Ato Institucional nº 5 (AI-5), baixado em 13 de dezembro de 1968, que a política repressiva tornou-se mais acirrada:

AI-5 em diante, assiste-se ao triunfo de outra política cultural que, com certas variações, se manteria até a divulgação da Política Nacional de Cultura em 1975, em pleno governo Geisel. E o que caracteriza esta segunda estratégia: Um comportamento bem mais repressivo do que nos primeiros anos do governo militar. Uma política de supressão: expurgos de professores e funcionários públicos, apreensões de livros, discos, revistas, proibições de filmes e peças, censura rígida, prisões. (SÜSSEKIND, 2004, p. 27-28).

O Ato Institucional nº 5 (AI-5) fez parte de uma série de decretos emitidos pelo regime militar brasileiro, durante a vigência da ditadura no país, instituindo formas de controle do governo sobre a população, dentre os quais, podemos citar a censura. A partir desse momento, diversos autores ficaram impedidos de divulgar livremente sua produção artística e/ou literária sob pena de receberem punição. Desse modo, encontramos inúmeros escritores que publicavam seus pensamentos a respeito da ditadura, de maneira camuflada, valendo-se de uma linguagem figurada ou fazendo uso de textos anônimos ou com pseudônimo. Encontramos também, na literatura dos anos de chumbo, diversas obras que foram censuradas, como foi o caso de *Incidente em Antares* (1971), de Érico Veríssimo e *Feliz ano novo* (1975), do escritor Rubem Fonseca, entre outros.

Mais adiante na história, o Decreto-lei nº 1077, de 26 de janeiro de 1970, instituía oficialmente a censura prévia no Brasil, definindo como passíveis de censura, os livros que ofendessem a moral comum e que pudessem colocar em prática um plano de subversão, de modo a ameaçar a segurança nacional.

A Lei da Anistia foi promulgada no final dos anos 70, marcando o começo de uma nova trajetória política no Brasil, o que possibilitava aos escritores e demais cidadãos banidos e exilados, o retorno à legalidade no país.

Em seguida, abre-se espaço para a abertura política, marcando o fim da censura, de modo a tornar possível aos autores, novamente, a publicação de seus pensamentos. É neste sentido que romances como *Uma varanda sobre o silêncio*, publicado no ano de 1984, passam a retratar os dramas presentes na obra, como os desaparecimentos, sequestros, mortes, entre outros aspectos que caracterizaram o terrorismo e o regime autoritário no Brasil.

UMA VARANDA SOBRE O SILÊNCIO

O autor e a obra

O romance *Uma varanda sobre o silêncio* (1984) foi escrito pelo escritor brasileiro Josué Montello (1917-2006), quarto ocupante da cadeira nº 29 da Academia Brasileira de Letras. O autor maranhense escreveu inúmeras obras, entre romances, crônicas e ensaios, dentre os quais podemos citar *Os tambores de São Luís* (1975), *Noite sobre Alcântara* (1978), *A coroa de areia* (1979), entre outros.

O romance de Josué Montello apresenta, em sua narrativa ficcional, episódios ocorridos no período em que a ditadura militar vigorou no Brasil, após o golpe de 1964, apresentando em seu contexto, situações peculiares ao período em que vigorou a repressão política no Brasil, tais como raptos, terrorismo, extorsão, invasões a domicílio, mortes, entre outros tipos de atentados.

A obra *Uma varanda sobre o silêncio* narra a história de Luciana, uma frágil mulher obstinada pela volta do filho desaparecido, a quem dedicara toda sua vida, provendo-lhe de amor e cuidados, sobretudo depois do fim de seu casamento.

Confiante e determinada, Luciana não perde a esperança de rever o filho Mário Júlio, o estudante de Engenharia que desaparece depois de um fim-de-semana, em que esteve supostamente envolvido em insurreições políticas. A vinculação às insurreições políticas se dá em virtude de que o desaparecimento do jovem acontece no mesmo dia em que ocorre o atentado ao filho do embaixador americano no Brasil.

Durante o desenrolar da narrativa, Luciana procura notícias do filho, sem, contudo, encontrar nenhum fato novo que o traga de volta. De qualquer maneira, a angústia daquela mãe desperta comoção em algumas pessoas que prometem dar-lhe informações, muitas das quais significam apenas extorsão. Neste sentido, a trama de *Uma varanda sobre o silêncio* desenvolve-se no decorrer do período da ditadura militar, no Brasil. O que acontece, é que no enredo de Josué Montello, a narrativa serve de testemunho a uma época em que a população era mantida em silêncio, mediante o uso de ameaças e de coação.

OS RETRATOS DO AUTORITARISMO E A VIOLÊNCIA EM *UMA VARANDA SOBRE O SILÊNCIO*

Durante o período em que esteve em vigor a ditadura militar no Brasil, cenas cotidianas de violência e autoritarismo atormentavam a população, em consequência da ineficácia do governo em conter o descontrole da sociedade. O descontrole a que nos referimos está relacionado à intenção mantida pelo governo militar de transmitir um clima de segurança e de progresso à população brasileira, a despeito dos inúmeros relatos de repressão advindos dos opositores do regime. Na página 70, do romance *Uma varanda sobre o silêncio*, lemos:

O Governo, por seu lado, parecia atônito, com a sucessão de atentados em todo o país, e que destruíam pontes, centrais elétricas, eixos ferroviários, estações de passageiros, aeroportos, sem contar os assassinatos à queima-roupa, como o do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o do Arcebispo metropolitano, e o do líder do extinto Partido Popular.

Neste sentido, a despeito de toda tentativa de manter a ordem e evitar o alarme da população, podemos dizer que, durante o regime militar, houve uma incidência maior de atentados políticos e levantes populares do que em outros governos. Além da censura aos meios de comunicação, instrumento de controle governamental sobre as notícias publicadas nos periódicos e outros tipos de manifestações, as notícias falsas, rumores e boatos

circulavam, clandestinamente, entre os cidadãos temerosos de sofrerem punições e represálias. Abaixo, transcrevemos um excerto do referido romance capaz de demonstrar o ambiente de insegurança e temor que caracterizava o Brasil daquela época:

Teria de agir com o maior cuidado, para não perturbar ainda mais a pobre da Luciana. Não poderia falar-lhe, sem antes ter uma certeza. E como ter essa certeza, se toda a vida do país estava sob censura? Censura nos telefones, censura nas rádios e televisões, censura na imprensa. Toda a gente tinha medo. Ninguém queria dizer nada. Sem notícias fidedignas, as notícias falsas circulavam noite e dia, alarmando, inquietando, sobressaltando, e era mais quem falava baixo, em segredo, temendo delações e represálias (*Uma varanda sobre o silêncio*, 1984, p. 70).

Com base no que lemos acima, podemos compreender que a conduta do indivíduo encontrava-se, pode-se dizer, moldada, em conformidade com as exigências do governo, visto que em caso de oposição às normas comportamentais, quais sejam: impedir que testemunhos de casos de violência e mortes provocassem o descontrole da sociedade, de forma a tornar possível a retirada das forças armadas do poder, o cidadão comum poderia ser punibilizado. Abaixo, segue a transcrição do momento em que Carminha, uma das ex-namoradas de Mário Júlio, descreve uma das cenas de tortura às quais foi submetida pelos policiais:

E Carminha, como se as lembranças lhe doessem:
 - Quando voltei do sanitário, o senhor alto estava acompanhado por um tipo moreno, quase negro, e que tinha nas mãos um ferro comprido preso a um fio elétrico. E o senhor alto, sentado na cadeira, de pernas cruzadas, depois de me ordenar que sentasse no banco: “Agora, a verdade. Não minta.” Começou querendo saber há quanto tempo eu conhecia o Mário Júlio. Como era o Mário Júlio. Se eu sabia que o Mário Júlio tinha ideias políticas avançadas. E quais eram essas ideias. Se ele nunca me tinha convidado para atos terroristas (*Uma varanda sobre o silêncio*, 1984, p. 109).

De acordo com Velho (In: SCHWARTZ; SOSNOWSLI (Orgs), 1994, p. 36): “Violência é o uso da força, da coerção, no sentido, no senso comum, para impor vontades, interesses, desejos, aspirações”. Neste sentido, dizemos que a arbitrariedade do poder central deveu-se ao uso indiscriminado da força e da violência, como formas de garantir o poder.

Ainda com relação à violência e ao autoritarismo, encontrados de maneira profusa durante a vigência da ditadura militar, podemos dizer que a centralização do poder nas mãos do exército impossibilitava o exercício da cidadania, visto que os cidadãos não tinham direito a escolher seus governantes, e a participação política, no caso, era nula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme pudemos compreender ao longo deste estudo, o período em que a ditadura esteve em vigor no Brasil e em outros países do continente foi um período difícil, em que atos de violência assolavam os quatro cantos do país. A ditadura militar no Brasil começou em abril de 1964 estendendo-se até 1985. Durante esse período, milhares de pessoas tornaram-se alvo da tirania do governo, que, em muitos casos, reprimia a subversão por intermédio de tortura, exílio e até mesmo eliminação de vítimas do autoritarismo.

No romance *Uma varanda sobre o silêncio*, o início da trama ocorre quando o estudante de engenharia Mário Júlio some sem deixar notícias, após um final de semana em que, como de costume, sai com os amigos. Em seguida, o desaparecimento do jovem é relacionado a insurgências políticas, uma vez que a desapareção acontece no mesmo dia em que ocorre o atentado ao filho do embaixador americano no Brasil. A partir daí, a narrativa continua revelando, aos poucos, o cenário de violência e terror em que se encontrava o país naquele momento. Neste sentido, são descritas cenas em que testemunhamos episódios de tortura, extorsão, censura, revoltas juvenis, exílio, entre outros fatores capazes de evidenciar os momentos em que a repressão política se fazia sentir de maneira acentuada.

O que podemos compreender com a leitura do romance *Uma varanda sobre o silêncio* é que o estado autoritário nega ao indivíduo a capacidade de se autogovernar, desde o momento em que este se vê obrigado a proceder em conformidade com as pretensões do governo, como se sua conduta estivesse moldada pelo estado. Neste sentido, mencionamos que, dentre as pretensões que governo objetivava assegurar, uma delas seria a manutenção da ordem e do poder, mesmo que para isso fosse necessário fazer uso de coerção, como força policial, bombas de gás lacrimogêneo, entre outros.

Ao longo do estudo, referimo-nos também à censura dos meios de comunicação, caracterizado como uma espécie de moderador das produções literárias, artísticas e culturais, cujo objetivo era determinar quais livros, peças de teatro, produções cinematográficas, músicas, entre outros tipos de manifestações culturais poderiam ser publicados. Neste sentido, é que surgiu o Ato Institucional número 05 (AI-5), decreto baixado pelo governo, em 1968, com a finalidade de estabelecer a censura no país.

A lei da anistia, publicada no final dos anos 70, tornou possível aos exilados, o retorno à legalidade no país. A abertura política, em seguida, ocasionou o fim da censura, permitindo, dessa forma, a publicação de obras até então censuradas. É neste sentido que

surtem os romances, que tal como *Uma varanda sobre o silêncio*, publicado no ano de 1984, são capazes de retratar a ação do autoritarismo e as marcas da repressão deixados pelo governo militar na época em que a ditadura militar esteve em vigor no Brasil e em outros países.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Disponível em:

<<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=788&sid=284>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

BOBBIO, N.; MATTENCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 13ª edição. Brasília: Editora UNB, Vol. 1, 2008.

GUINZBURG, J. **A violência na literatura brasileira**. In: UMBACH, R. K.; CALEGARI, L. C. (Org). **Estética e política na produção cultural: as memórias da repressão**. Santa Maria: Editora UFSM, 2011.

<<Http://repressaonacriacao.wordpress.com/2012/06/14/a-literatura-e-a-censura-na-ditadura-militar/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

MONTELLO, J. **Uma varanda sobre o silêncio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

PADRÓS, E. S.; BARBOSA, V. M.; LOPEZ, V. A.; FERNANDES, A. S. (Org.). **A ditadura de segurança nacional no rio grande do sul (1964-1985): história e memória**. Porto Alegre: Corga, 2010.

SÃO PAULO (ARQUIDIOCESE). **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SÜSSEKIND, F. **Literatura e vida literária: polêmicas, diários & retratos**. Belo Horizonte: Editora UFSM, 2004.

UMBACH, R.K.; CALEGARI, L. C. OURIQUE, J.L.P. **Violência e memória na produção cultural: o autoritarismo na Alemanha e no Brasil**. Santa Maria: Editora PPGL, 2012.

VELHO, G. **Autoritarismo e violência no Brasil contemporâneo**. (In: SCHWARTZ, J.; SOSNOWSKI, S. (orgs). **Brasil: o trânsito da memória**. São Paulo: Edusp, 1994).